

Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana:

um guia para
inserir a agricultura
nos processos de
planejamento urbano

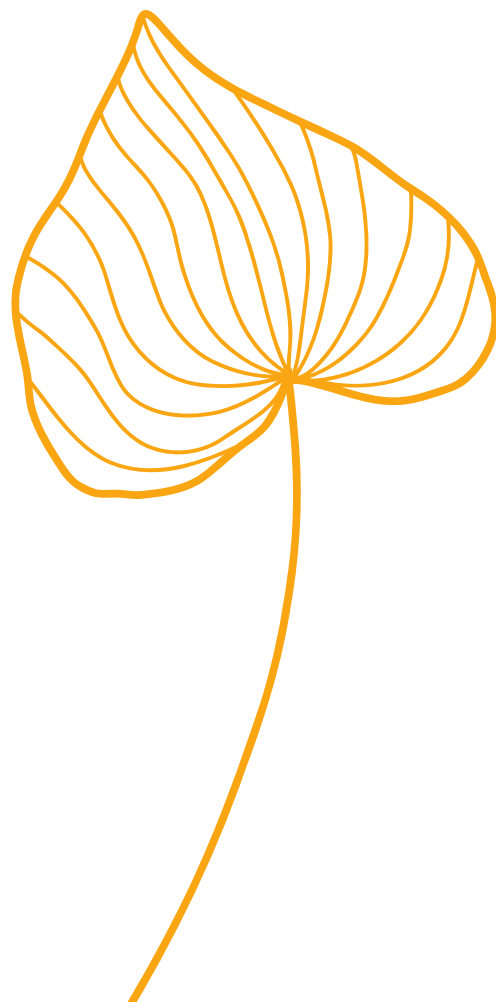
Checklist para a gestão pública municipal



Checklist para a gestão pública municipal

Com base nos conteúdos apresentados no Guia, o conteúdo a seguir reúne uma lista de ações desejáveis em cada um dos instrumentos propostos para o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana. Sem a intenção de esgotar o campo de possibilidades ou de listar a “completude” de ações possíveis, a intenção principal é tornar visíveis os primeiros passos, especialmente para municípios que estejam iniciando o planejamento em AUP. Além de um exercício de “autoavaliação”, no qual é possível reconhecer as ações que já existem e se conectam ao planejamento da AUP, no checklist a seguir os agentes públicos municipais também podem identificar quais seriam os próximos passos para adquirir robustez na agenda como um todo, considerando todos os instrumentos propostos neste Guia.

Por mais que as ações estejam pensadas para o município, é importante considerar a realização de parcerias com outros atores para a condução de diferentes atividades, tais como instituições de pesquisa, universidades, organizações do terceiro setor e o próprio governo, em suas esferas estaduais e federais.



Escalonamento vertical – ações para a institucionalização da AUP

Estado Legal da AUP

O município dispõe de um marco legal e regulatório que oriente as ações de AUP em termos de papéis e responsabilidades dos atores, promovendo também a adequação de alguns marcos legais específicos já existentes para atender a realidade da agricultura urbana e periurbana.

O marco legal e regulatório do município permite a realização de compras públicas e a efetivação de parcerias para melhor atender às iniciativas de AUP.

Orçamento público

A agricultura urbana e periurbana está prevista como uma atividade no Plano Diretor do município.

As atividades de AUP têm orçamento específico no município, previsto no Plano Plurianual (PPA) e nos instrumentos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamento Anual (LOA).

Diagnóstico e planejamento

O município conta com – e atualiza periodicamente – um mapeamento de atores do território que estão envolvidos ou são impactados (positiva ou negativamente) pelas ações de AUP.

O município tem – e atualiza periodicamente – uma sistematização de todos os tipos de AUP que estão presentes no território, a fim de dimensionar a estrutura de serviços de apoio demandada.

O município dispõe de um mapeamento das cadeias de valor da agricultura urbana e periurbana no território, contemplando as iniciativas de produção, os equipamentos de distribuição e comercialização, os grupos e coletivos de consumidores, além de estruturas de gestão de resíduos e compostagem.

Governança, intersectorialidade e participação social

O município tem uma instância administrativa formalizada que seja responsável pela condução das atividades, programas, políticas e/ou ações de agricultura urbana e periurbana.

A instância administrativa de AUP realiza ações de divulgação com outros agentes públicos municipais a fim de reduzir o desconhecimento sobre o assunto.

O município tem uma instância administrativa intersectorial, que conta com representantes de diferentes áreas da gestão pública potencialmente envolvidas na agenda (obras, saúde, educação, assistência social, agricultura, meio ambiente, desenvolvimento econômico, entre outras), além de conselhos como CAISANS, CONSEAS e outras organizações de interesse.

O município realiza reuniões periódicas com a instância administrativa intersectorial para divulgar internamente ações de gestão relevantes e definir questões estratégicas que trarão mais qualidade às ações de AUP.

O município dispõe de fóruns ou espaços periódicos de interlocução entre a gestão municipal e os membros da sociedade civil e praticantes de AUP, para que se possa garantir a participação social em discussões estratégicas e operacionais das ações de AUP no município.

O município realiza ações de encontro e diálogo – como fóruns, seminários, eventos e feiras – buscando engajar e conscientizar a população local sobre os benefícios da AUP para a cidade e as pessoas.

O município tem uma página na internet de acesso à informação sobre as iniciativas de AUP e suas ações, programas e políticas.

Monitoramento e avaliação

O município coleta dados e informações sobre caracterização dos praticantes de AUP (renda, escolaridade, gênero, raça, endereço, idade, etc.).

O município realiza visitas periódicas às iniciativas de AUP.

O município incorpora a participação social como ação estruturante do processo de monitoramento e avaliação, criando espaços de escuta com os beneficiários e demais partes envolvidas nas ações de AUP.

O município realiza parcerias com universidades, instituições de pesquisa, ONGs locais ou órgãos de assistência técnica a fim de ampliar o alcance de monitoramento e coleta de informações das iniciativas de AUP.

O município se ampara em indicadores quantitativos e de processo, mas também em indicadores qualitativos e subjetivos, buscando incluir valores intangíveis relacionados às ações de AUP.

O município utiliza indicadores e informações coletadas das iniciativas de AUP para apoiar a tomada de decisão em reuniões de gestão e de estratégia da agenda.

O processo de monitoramento compreende a avaliação de indicadores contemplando as quatro dimensões (econômica, social, ambiental e humana) ao longo de toda a cadeia de valor (produção, beneficiamento, distribuição, consumo, gestão de resíduos).

Escalonamento horizontal – ações para a multiplicação da AUP

Acesso à terra e à água

O município realizou um levantamento de áreas aptas à prática de AUP, considerando potenciais arranjos e parcerias com proprietários particulares e empresas.

O município realiza chamadas públicas para identificar beneficiários interessados em ocupar áreas para práticas de AUP e implementa mecanismo de “fila de espera”, em caso de alta demanda.

O município tem definido e implementado canal de diálogo com a população, permitindo a abertura de consultas à prefeitura sobre a autorização de uso de áreas para atividades de AUP.

O município utiliza-se de critérios inclusivos e transparentes para a seleção de beneficiários apoiados nas iniciativas de AUP, tais como participação no CadÚnico, famílias com presença de crianças, mulheres, autodeclarados negros e/ou indígenas, população em situação de rua, entre outros.

O município dispõe de termos de formalização da concessão ou do direito de uso de áreas urbanas e periurbanas públicas para praticantes de AUP.

O município é propositivo em termos de instrumentos de regimento interno, como estatutos e termos de compromisso que estabeleçam regras de boa conduta e que formalizem quais são as responsabilidades das partes envolvidas.

O município garante a acessibilidade da água em termos de quantidade e qualidade nas áreas de agricultura urbana e periurbana.



Gestão de riscos – água, solo e ar

O município consulta guias, materiais e resoluções sobre gestão de riscos relacionados a água, solo e ar, buscando informações específicas que orientem a atuação pública.

O município realiza ações para investigar o histórico de uso da terra em terrenos destinados à AUP, buscando identificar potenciais fatores de risco de contaminação associados a atividades anteriores desenvolvidas no local.

O município identifica as áreas de alto tráfego nas proximidades de iniciativas de AUP e realiza ações para reduzir o risco de contaminação, tais como implementação de barreiras verticais, como árvores, cercas, muros.

O município prevê ações de orientação dos praticantes em relação a captação e uso de água das chuvas, para que esta não seja utilizada para a lavagem e o preparo de alimentos.

O município incorpora um trabalho permanente de monitoramento e orientação aos agricultores urbanos e periurbanos sobre o uso de insumos e de água, para que seja mantida ou melhorada a qualidade dos alimentos.

Promoção da agroecologia

O município realiza pesquisa para identificar as experiências e os atores da agroecologia existentes, buscando reconhecê-los e integrá-los às ações da agenda de AUP.

O município conduz ações de intercâmbio e troca de saberes e práticas entre grupos, praticantes e famílias engajados na agenda de AUP.

O município realiza parcerias com organizações da sociedade civil, empresas públicas e entidades de ensino superior e técnico para a promoção de cursos, oficinas e ações de capacitação em práticas produtivas de base agroecológica.

O município realiza ações de engajamento da sociedade civil e dos gestores municipais na agroecologia, tais como formações gratuitas em temas relacionados à produção de alimentos de base agroecológica.

Infraestrutura de apoio para a produção

O município incorpora, no planejamento da agenda de agricultura urbana e periurbana, o fornecimento de insumos de produção, o acesso a equipamentos e a ferramentas e a construção de infraestruturas.

O município apresenta marcos legais e regulatórios que permitem a realização de compras públicas e a efetivação de parcerias.

O município tem acordos de uso coletivo/ cessão de maquinários e equipamentos e de vias para sua manutenção.

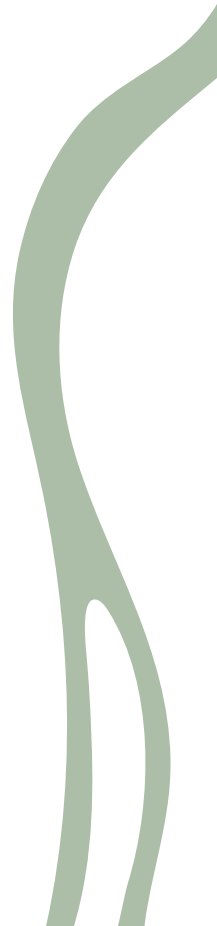
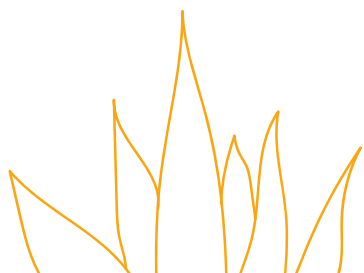
O município pesquisa, interage e estimula as práticas da economia solidária, tais como a formação de empreendimentos econômicos solidários e de outras formas organizativas no campo da agricultura urbana e periurbana para fortalecer a produção de alimentos saudáveis.

O município considera estratégias de organização de finanças solidárias, fomentando iniciativas existentes em torno de bancos comunitários, cooperativas de crédito ou fundos rotativos solidários como estratégia para o acesso a crédito para custeio de atividades pós-colheita (processamento, embalagem, logística, etc).

Educação e assistência técnica

O município dimensiona a demanda por assistência técnica nas diferentes iniciativas de agricultura na cidade, buscando parcerias dentro e fora da gestão pública para o atendimento aos praticantes.

O município articula múltiplas competências no corpo técnico de atendimento aos praticantes de AUP, considerando distintas demandas das iniciativas, de aspectos técnicos e de manejo, a aspectos relacionais e familiares e de segurança pública (engenheiros agrônomos, assistentes sociais, psicólogos, biólogos, entre outros).



O município articula ações formativas em temas que ajudem os praticantes de AUP a ampliar consciências e práticas em torno dos múltiplos campos da agricultura urbana: educação ambiental, segurança alimentar e nutricional, economia solidária, saúde mental, territórios sustentáveis, etc.

O município desenvolve ações amplas voltadas à sensibilização popular (campanhas de boas práticas de cultivo e consumo consciente, por exemplo), ajudando a disseminar o tema com maior alcance populacional.

O município promove projetos pedagógicos de hortas escolares e estimula a inserção da temática no projeto político pedagógico das escolas.

Fortalecimento de organizações cooperativas e dos circuitos curtos

O município fomenta a organização dos agricultores em coletivos de autogestão, estimulando o associativismo e o cooperativismo para produção e/ou comercialização de alimentos, com ações de formação e assessoria técnica.

O município estimula novos arranjos produtivos locais, como redes de cooperação solidária e coletivos de consumo responsável, como estratégia para facilitar o encontro entre oferta e demanda.

O município mapeia e sistematiza os interesses de comercialização das diferentes iniciativas de AUP e elabora estratégias para promover circuitos curtos de abastecimento alimentar.

O município promove interações entre atores internos e externos ao governo municipal, buscando facilitar o acesso aos programas de compras institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Alimenta Brasil ³⁰.

O município tem cadastro de prestação do serviço de inscrição no Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF).

O município apoia que agricultores urbanos acessem o Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF) como instrumento de acesso a crédito e outras políticas de fomento.

Gestão de resíduos

O município realiza um levantamento preliminar para identificar a quantidade de resíduos orgânicos que será coletada e quais atores serão mobilizados (ex.: escolas, restaurantes populares, restaurantes particulares, refeitórios industriais, resíduos orgânicos de indústrias, resíduos de poda de árvores, etc.).

O município verifica as normativas em relação ao volume de resíduo e a estrutura adequada necessária para evitar contaminações das águas subsuperficiais pelo chorume produzido na compostagem.

O município estrutura centrais de compostagem para produzir um composto orgânico de qualidade e que sirva para a adubação nas iniciativas de agricultura urbana e periurbana e nas áreas verdes da cidade.

O município realiza oficinas de compostagem ou facilita o acesso a cursos e a materiais existentes para diferentes públicos, buscando fortalecer capacidades relacionadas à coleta seletiva e à compostagem.

O município realiza ações para envolver a comunidade no processo de compostagem, por meio das atividades de mobilização e fornecimento de insumos como baldes ou sacolas reutilizáveis para coleta de resíduos orgânicos da população para compostagem.

³⁰ Programa Alimenta Brasil: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/alimenta-brasil>.

